

### **Percepção dos professores aponta coerência na educação, mas é preciso garantir alinhamento das políticas nacionais**

A pesquisa *Coerência Educacional na implementação dos currículos*, publicada no Observatório, investigou a percepção de professores do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e trouxe alguns resultados importantes. 78,4% dos docentes percebem coerência educacional total ou parcial em suas redes, a partir da implementação dos novos currículos alinhados à BNCC, mas menos de um quarto (21,6%) ainda aponta baixo alinhamento. O conceito de coerência educacional implica no alinhamento dos elementos pedagógicos que impactam a aprendizagem (currículos, materiais didáticos, formação de professores e avaliações) à BNCC e entre si, criando um sistema mais coeso. Embora os números sejam animadores, destacamos alguns pontos de atenção. Entre eles, o desalinhamento dos materiais didáticos, percebido por um maior número de professores em relação às outras dimensões. Vale destacar que as obras disponíveis atualmente para as redes não estão alinhadas à versão final da BNCC e as que chegarão a seguir para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, também não estarão – uma vez que os editais do PNLD são incompatíveis com a proposta da BNCC ([confira o posicionamento do Movimento pela Base](#)). Outro alerta é sobre a importância de seguir com a formação dos professores, uma vez que o número de docentes que enxergam baixo alinhamento na pesquisa também se destaca. A formação continuada deve ser pensada como um processo contínuo e aprofundar os conteúdos do currículo e metodologias de ensino, inclusive focando nas habilidades prioritárias, no contexto de recomposição das aprendizagens. Os Mapas de Foco, do Instituto Reúna, são uma ferramenta importante para dar suporte a esse trabalho. Os dados da pesquisa, que têm representatividade nacional, foram coletados pelo Instituto Datafolha e analisados pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (Lepes/USP). A iniciativa da pesquisa é do Movimento pela Base e da Fundação Lemann. [Veja mais detalhes sobre a pesquisa.](#)

### **Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação alerta sobre urgência dos debates sobre o futuro das avaliações**

A CEXMEC, Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação, publicou o [primeiro relatório de 2022](#), com recomendações sobre as Avaliações da Educação Básica/Inep. Entre elas: a urgência de definições sobre o Enem – o que inclui a elaboração e discussão de novas matrizes e atualização do banco de itens -, a necessidade de retomada das discussões sobre o SAEB e a garantia de processos com diálogo e transparência, fundamentados nas evidências disponíveis,

conforme indicado [nesta análise](#). Vale lembrar que as avaliações são importantes políticas indutoras da implementação, especialmente no caso do Novo Ensino Médio. Conselhos e secretarias de educação já deram o primeiro passo, com o alinhamento de currículos em 99% das redes municipais para [Educação Infantil e Ensino Fundamental](#) e de 24 estados para o [Ensino Médio](#). Porém a falta de clareza sobre o futuro das avaliações externas, sobretudo das matrizes de avaliação, gera insegurança nas redes.

## **Apenas 42% dos documentos curriculares foram registrados na Plataforma de Monitoramento da Implementação**

Até 2 de maio, apenas 2.395 currículos foram cadastrados na Plataforma de Monitoramento da Implementação do Ministério da Educação (MEC), o que representa pouco menos do que a metade 5.568 redes municipais e das 27 estaduais. O cadastramento é pré-requisito para que as redes possam pleitear recursos da complementação VAAR (Valor Aluno/Ano por Resultado), conforme previsto na [Lei do Fundeb](#), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação. **O prazo foi prorrogado para 15 de julho.** Mas é preciso que as redes se mobilizem. Além de ser um dos condicionantes para o recebimento dos recursos, o cadastro dos documentos curriculares é importante instrumento para o monitoramento da implementação da BNCC pelos órgãos oficiais. [Veja o passo a passo para a inserção dos documentos na plataforma de Monitoramento.](#)

## **Implementação do Novo Ensino Médio segue sem que três estados tenham currículos homologados**

Em Alagoas, na Bahia e no Tocantins, os novos referenciais curriculares alinhados à BNCC e ao Novo Ensino Médio ainda não foram homologados. Em Alagoas e Tocantins os documentos aguardam homologação/publicação nas respectivas secretarias. Na Bahia, o documento aguarda aprovação do Conselho Estadual de Educação. O último estado a publicar o novo currículo foi o Acre, ainda no mês de abril. Vale lembrar que, além dos novos referenciais curriculares, as redes estaduais elaboraram um Plano de Implementação (PLI), que tem por objetivo guiar o trabalho das equipes, registrando objetivos e metas do Novo Ensino Médio no território e a relação das ações com o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais de Educação (PEEs). De acordo com o [cronograma](#) estabelecido pelo MEC, 2022 é o ano previsto para a chegada do Novo Ensino Médio para todos os estudantes do primeiro ano desta etapa – e o ponto de partida são os novos currículos. O atraso na homologação dos referenciais é preocupante. Acompanhe os dados do Novo Ensino Médio na [área de Indicadores](#) deste Observatório e veja a [experiência do Mato Grosso do Sul](#) na organização do PLI.